

Universidade Federal de Minas Gerais
Programa de Formação de Conselheiros Nacionais
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais

Fabiano de Oliveira Lago

RESPONSABILIDADE CRISTÃ E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Brasília
2010

FABIANO DE OLIVEIRA LAGO

RESPONSABILIDADE CRISTÃ E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais

Orientador: Renato Moraes

BRASÍLIA
Março/2010



Universidade Federal de Minas Gerais
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais
Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária - Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: adm_edist_@fafich.ufmg.br
TEL (31) 3499-5004

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de abril de 2010 (dois mil e dez), na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Brasília/DF, reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada “**Responsabilidade cristã e participação política**”, elaborada por **Fabiano de Oliveira Lago**. A Comissão, composta por Carlos Ranulfo Felix de Melo (UFMG) e Denílson Bandeira Coelho (UNB), após apresentação da monografia, deliberou pela aprovação condicionada da referida monografia, que deve ser reformulada até o dia 30 de junho de 2010, quando deverá ser apresentada nova versão ao orientador. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Brasília, 27 de abril de 2010.

Carlos Ranulfo Felix de Melo (UFMG)

Denílson Bandeira Coelho (UNB)

DEDICATÓRIA

À minha linda família, presente de Deus, Beatriz Tatieli, Gustavo Calebe, Caline Fabieli e o Bebê que logo estará chegando.

AGRADECIMENTOS

Agradeço novamente ao meu Deus por mais uma vez ter me dado a chance de realizar mais um sonho, que tenho certeza, nasceu em seu próprio coração e foi transferido ao meu. “O Amor de Deus está derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado”.

É na certeza que Tu estás comigo que realizo este trabalho.

Obrigado, Senhor!

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Números do IBGE 1940-200; FGV- 2003 e Data Folha – 2007.....	20
Gráfico 2 – Você gosta de política?	22
Gráfico 3 – Você se interessa por política?.....	22
Gráfico 4 – Você é filiado a algum partido político?.....	22
Gráfico 5 – Você é membro de alguma ONG/Associação?.....	22
Gráfico 6 – Já participou de algum conselho comunitário/temático/político?	23
Gráfico 7 – Você acha que a democracia é a melhor forma de governo?.....	23
Gráfico 8 – Na última eleição você votou?.....	23
Gráfico 9 – Você é a favor ou contra o voto obrigatório?	24
Gráfico 10 – Você vota em um candidato por.....	24
Gráfico 11 – Se o candidato que você votou muda de partida	25
Gráfico 12 – O evangélico deve participar de política?.....	25
Gráfico 13 – Na última eleição você trabalhou para algum político?.....	25
Gráfico 14 – Se trabalhou, você pediu algo em troca?.....	25
Gráfico 15 – Se sim, ele era evangélico?.....	25
Gráfico 16 – Seu pastor indicou um candidato para a igreja votar?.....	26
Gráfico 17 – Se sim ele era evangélico?.....	26
Gráfico 18 – Você se sente representado com os deputados evangélicos?.....	27
Gráfico 19 – Você acha que os deputados evangélicos na CLDF.....	27
Gráfico 20 – Você acha que todo político se corrompe?.....	27
Gráfico 21 – Você acha que todo político evangélico se corrompe?.....	27
Gráfico 22 – Todo político não evangélico rouba?.....	27
Gráfico 23 – Todo político evangélico rouba?.....	27
Gráfico 24 – Pastores devem participar de política?.....	28
Gráfico 25 – Pastores devem participar de política como candidato?.....	28
Gráfico 26 – Na última eleição você compareceu a algum comício?.....	28
Gráfico 27 – Assistiu ao programa eleitoral na TV ou no rádio?.....	28
Gráfico 28 – Participou de alguma discussão na igreja?	29
Gráfico 29 – Qual é o melhor pré-requisito para um político?	29
Gráfico 30 – Você vota preferencialmente em candidato:	30
Gráfico 31 – A Bíblia diz que: Quando um justo governa o povo se alegra	30
Gráfico 32 – A Bíblia diz: Toda autoridade é constituída por Deus	30
Gráfico 33 – Em 2002 o candidato a presidente Garotinho.....	30
Gráfico 34 – Os deputados evangélicos devem.....	31

RESUMO

A presente Monografia propõe-se a fazer uma análise do pensamento do cristão evangélico sobre sua responsabilidade como cidadão em uma sociedade democrática.

Será dividida em três partes. A primeira trará o título Participação Social, do referencial teórico estudado durante o andamento do curso.

A segunda parte apresentará o cristão como mobilizador social e a terceira parte trabalhará o tema Responsabilidade Cristã, o que enseja diversos aspectos, mas o recorte principal será dado na participação, dos denominados cristãos evangélicos da Comunidade do Riacho Fundo I, Região Administrativa do Distrito Federal, na política, principalmente na escolha dos representantes políticos, e para isso será apresentado o resultado da pesquisa realizada com moradores evangélicos dessa região.

Uma Região Administrativa que possui uma população de 40.478 (quarenta mil, quatrocentos e setenta e oito) habitantes e aproximadamente 50 igrejas com denominações evangélicas, praticamente uma igreja para cada 800 habitantes.

Dentro deste cenário, de um número considerável de igrejas poderá ser verificado o comportamento dos evangélicos nos períodos de eleições, como votam? o que pensam de política? O objetivo é levantar opiniões e pensamentos fundamentais dos moradores evangélicos da pequena comunidade do Riacho Fundo I sobre democracia, participação política e demais questões que apareceram no decorrer da pesquisa.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 PARTE 1 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	10
3 PARTE 2 - CRISTÃOS – MOBILIZADORES SOCIAIS?.....	14
3.1 Participação do Evangélico, Comunicação e Mobilização Social.....	14
4 PARTE 3 - O CRISTÃO EVANGÉLICO NO BRASIL	19
4.1 O Cristão Evangélico no Riacho Fundo I.....	21
5 CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS.....	34

INTRODUÇÃO

O tema proposta desta Monografia é interessante e intrigante, pois falar de posicionamento religioso causa estranheza e desperta desconfiança, mesmo sendo um assunto que provavelmente em poucos anos estará no centro de grandes debates nas universidades e ocupará partes importantes dos telejornais e de toda mídia nacional.

A exemplo disto a Revista Veja (nº 1758 de 03/07/02) publicou uma reportagem sobre os evangélicos no Brasil e escreveu assim:

As religiões cristãs não-católicas, como as evangélicas, têm sua origem no começo do século XVI, quando um monge alemão chamado Martinho Lutero se insurgiu contra Roma. No ano de 1517, revoltado com a venda de indulgências pelo papa, Lutero escreveu suas famosas 95 teses, que pregou na porta da catedral de Wittenberg. Foi o estopim da Reforma Protestante, que se tornaria uma das mais profundas transformações sócias da história humana. Com o tempo, do tronco protestante antipapal foram brotando dezenas de denominações. As mais importantes dessas subdivisões, a do pentecostalismo, criada pelo pregador negro americano William Joseph Seymour, foi uma explosão de fé. Hoje há mais pentecostais no mundo do que anglicanos, batistas, luteranos e presbiterianos somados. Ao proliferarem em todas as camadas sociais, os evangélicos estão produzindo mudanças facilmente detectáveis.

Que mudanças são essas? Será que realmente o crescimento do número de evangélicos no Brasil tem causado uma grande transformação na própria cultura do país? Ou paralelo a esse crescimento, também está se desenvolvendo a flexibilização moral dos evangélicos?

Qual é a responsabilidade do cristão frente às injustiças sociais, ao se mostrar ao mundo como uma opção diferente e transformadora? Para Fernando de Almeida, Ministro Presbiteriano e capelão da Universidade Presbiteriana Mackenzie:

se alguém diz adorar a Deus e mesmo assim comete um monte de injustiça, essa pessoa é hipócrita, diz uma coisa e faz outra. Se quisermos mudar o padrão do mundo, temos que apresentar um padrão diferente. Nada pode ser mais eficaz e causar tanto impacto quanto um exemplo diferente.

O cristão quando comete injustiças sociais vai contra tudo aquilo que professa. Por vezes é difícil resistir à tentação. Afinal, muitas pessoas inescrupulosas, enriquecem rapidamente, enquanto outros que temem a Deus, vivem somente com o necessário. Em meio a tantos dismantelos sociais e corrupções não raras vezes o cristão aparece envolvido em algum escândalo, como participante de algum esquema político que o coloca em contraposição, ao ponto de muitas vezes se questionar: será que vale a pena ser justo? Qual a responsabilidade de assumir que faz parte de uma denominação e ao mesmo tempo participar da cultura de corrupção entranhada no seio do nosso país?

Ao apresentarmos o resultado da pesquisa realizada com cristãos evangélicos da cidade do Riacho Fundo I, poderemos entender um pouco do posicionamento dessa parcela da sociedade que tenta mostrar suas verdades. Será que já estão maduros para participar e serem verdadeiramente fatores diferenciais dessa comunidade?

2 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A democratização brasileira desencadeou níveis sem precedentes de demanda por participação dos cidadãos na vida pública, o que reforça a idéia da urgência da ampliação de espaços públicos, da permanente mobilização e articulação entre os movimentos sociais, da organização das minorias, enfim, o fortalecimento da sociedade civil em todas as suas expressões.

A participação efetiva do cristão revela um aumento qualitativo desta mesma participação através da formação da consciência de cidadania, para além da religião.

A democracia participativa não substitui o modelo representativo. O avanço da democracia se dará através da idéia de complementaridade expresso por Avritzer e Santos, onde se abrem espaços para a participação popular nas decisões antes exclusivas dos governantes, como é o caso de Porto Alegre, especificamente em relação ao orçamento participativo, Santos e Avritzer, no trabalho “Para Ampliar o Cânone Democrático”, mostram que:

no caso brasileiro, a motivação pela participação é parte de uma herança comum do processo de democratização, que levou atores sociais democráticos, especialmente aqueles oriundos do movimento comunitário, a disputar o significado do termo participação (...) Temos, portanto, no caso brasileiro, uma primeira forma bem sucedida de combinação entre elementos da democracia representativa e da democracia participativa.

A teoria participativa surge como uma resposta contra-hegemônica ao elitismo democrático e pressupõe a existência de cidadania ativa, onde os indivíduos, coletivamente, participam do processo de opinião e decisão, e dentro deste processo os cristãos são chamados a fazer valer o direito de sua participação responsável na vida social. Talvez esteja aí o grande desafio da complementaridade das duas formas, pois ela implica uma divisão de poder entre sujeitos eleitos pelo sistema representativo e novos atores sociais oriundos de movimentos organizados, institucionalizados ou não.

As sociedades democráticas atuais, onde todos participam na gestão da coisa pública num clima de verdadeira liberdade, exigem novas e mais amplas formas de participação na vida pública da parte dos cidadãos, cristãos e não cristãos.

Relacionando a teoria participativa ao contexto da idéia do elitismo democrático, podemos vislumbrar a citada teoria como uma resposta na busca por uma legitimidade democrática, onde sociedade, através dos cidadãos, possa atuar além do processo eleitoral, participando de forma efetiva de tomadas de decisões que influenciem o cotidiano de sua localidade, região ou país. Ou seja, a teoria participativa vem de encontro ao elitismo democrático, objetivando estabelecer um cenário que fuja do conceito restrito da palavra “elitista”, a qual limita e cede somente a poucos, o poder do exercício da democracia, sobretudo em seu momento pós-eleitoral.

Num sistema político democrático, a vida não poderia processar-se de maneira útil sem o envolvimento ativo, responsável e generoso de todos, mesmo na diversidade e complementaridade de formas, níveis, funções e responsabilidades.

Em uma das teses apresentadas por Santos e Avritzer, na conclusão do Texto “Para Ampliar o Cânone Democrático”, os autores apresentam que o fortalecimento da democracia participativa se dá pelo fortalecimento da demodiversidade e explicam que:

Essa tese implica em reconhecer que não existe nenhum motivo para a democracia assumir uma só forma. Pelo contrário, o multiculturalismo e as experiências recentes de participação apontam no sentido da deliberação pública ampliada e para o adensamento da participação. O primeiro elemento importante da democracia participativa seria o aprofundamento dos casos nos quais o sistema político abre mão de prerrogativas de decisão em favor de instâncias participativas.

Assim, a teoria participativa contribui para um novo processo de democracia na medida em que se busca uma maior participação efetiva dos cidadãos, criando, por conseguinte, novas formas, inclusive alternativas, de organização e mobilização da sociedade, seja não só com o ganho de maior responsabilidade no poder de decisão compartilhado, mas também com a criação e institucionalização de ferramentas, conselhos e entidades que atuem como representação dos interesses da população a qual busca através destes, maior legitimidade na externalização e busca pela conquista de seus direitos, criando assim, uma ambiência onde o espaço democrático ultrapasse o limite do voto, e flua para o exercício e papel social da democracia.

Para Gramsci, é no campo da sociedade civil que se define a política e se dá a “compreensão crítica de si mesmos por meio de uma luta de hegemonia política, de direções contrastantes para chegar a uma elaboração superior da própria concepção do real”. As teorias

do elitismo democrático apresentam uma série de críticas às concepções de democracia. Elas partem do pressuposto de que não é possível chegar a um consenso em relação ao significado de “bem-comum” – devido à constatação da pluralidade de opiniões e perspectivas presentes na sociedade – e apontam o processo de burocratização do Estado como um fator limitador da participação popular na política.

Weber e Schumpeter podem ser apontados como grandes expoentes dessa vertente que se tornou hegemônica durante a primeira metade do século XX. O primeiro percebe a democracia como garantia da “igualdade de direitos” a todos os cidadãos, enquanto o segundo a define como um “método” utilizado para “produzir governos”, isto é, como o meio pelo qual os cidadãos escolhem seus governantes. Nos dois casos, a participação dos indivíduos na política é reduzida e o processo de deliberação é desconsiderado.

Anastásia e Inácio defendem que:

A deliberação não é atributo exclusivo dos processos representativos e, muito menos, é atributo exclusivo dos processos participativos, com defendem autores filiados à corrente intitulada “democracia participativa”. A deliberação, ns democracias contemporâneas, deve estar, necessariamente, em ambos os pólos – representação e participação – assim como nos canais através dos quais representação e participação se comunicam e interagem.

Já que a Democracia existe e é definida com a existência da soberania popular, ou seja, o povo tendo a capacidade de decidir, não faz sentido uma pequena participação popular. Em uma democracia de baixa intensidade percebe-se uma enorme idéia de restrição da democracia e conseqüentemente uma restrição na idéia de soberania, quando o povo apenas é soberano para constituir governos. O povo tem sua capacidade de decisão restrita e não encontra espaço para colocar suas vontades, uma vez que essas estão no poder do "elitismo democrático", dos representantes eleitos e que dizem representar a vontade geral, mas na verdade estão na defesa de interesses de pequenos grupos que deram sustentação para sua condição de representantes.

Quanto maior a participação, mais intensa é a democracia. Mesmo levando em conta os diversos níveis de participação, quando vão se constituindo as instituições de participação popular, vai aumentando a capacidade do povo de decidir e nesse ponto podemos até falar do próprio indivíduo, já que a democracia de alta intensidade se caracteriza pela ampliação da participação de todos no processo democrático, vão aparecendo também organismos gerados no seio da democracia que legitimam a soberania popular, como os conselhos deliberativos e

paritários, o próprio orçamento participativo, fóruns de debates, audiências públicas, no caso do Brasil. Numa sociedade onde a informação está cada vez mais ao alcance de todos, encontramos um número maior de pessoas que participam regularmente dentro desses espaços institucionalizados de participação e também em espaços não institucionalizados, o que faz com que aumente a responsabilidade da representação na prestação de contas de suas ações para com a sociedade.

Uma alternativa a esta perspectiva foi proposta por Habermas, no campo da teoria participativa, ao sugerir a construção e ampliação de “espaços públicos não-institucionalizados” onde diálogo deliberativo, as discussões e argumentações seriam publicizadas e serviriam como critério para legitimar e qualificar a democracia.

Sendo assim, a burocratização estatal não geraria, necessariamente, a alienação da população dos debates políticos, pois a esfera pública (distinta da esfera burocratizadora do Estado) seria o espaço privilegiado para a deliberação e o exercício democrático.

Quando o povo exerce sua capacidade de decidir, e não apenas decidir quem vai representá-lo por um período de tempo, mas decidir e fazer com que suas decisões sejam discutidas e consideradas na elaboração de uma proposta social e política, levando em conta todo jogo de interesses dos grupos minoritários ou não, a democracia deixa de ser apenas um método de formação de governos e passa a ser um meio de interlocução entre os atores sociais nos diferentes níveis de atuação.

Em *Democracia, Poder Legislativo, Interesses e Capacidades*, Anastásia e Inácio, explicitam que:

A teoria democrática contemporânea abriga um extenso debate sobre a necessidade, e sobre as dificuldades, de realizar o ideal da democracia como uma ordem política na qual as decisões resultem de interações face-a-face entre atores envolvidos em processos de deliberação pública.

É fazer com que as decisões possam influir diretamente no processo democrático, vencendo as barreiras burocráticas e concretizando mudanças a partir de uma soberania popular, ainda que a democracia representativa imponha limites burocráticos, no Brasil a própria Constituição Federal define e amplia a participação em diversos níveis, o que faz com que a sociedade civil, organizada ou não, possa exercer plenamente sua soberania.

3 PARTE 2 – CRISTÃOS, MOBILIZADORES SOCIAIS?

3.1 - Participação do Cristão Evangélico, Comunicação e Mobilização Social

Ao considerarmos o papel da igreja evangélica na sociedade, verificamos a importância dessa na busca por soluções para os problemas apresentados no âmbito do relacionamento entre as pessoas. Talvez seja a instituição que mais recupera e ressocializa as pessoas. Basta ouvir os testemunhos de pessoas que estavam com as vidas completamente acabadas ou sem nenhum sentido para viverem, que ao entrarem em uma igreja encontraram um novo rumo para a vida.

Não levando em conta apenas o caráter religioso, podemos considerar esse movimento evangélico como uma grande mobilização social, o que Henriques define como:

A reunião de sujeitos que pretendem resolver problemas e transformar uma dada realidade em relação a uma causa que possa ser considerada de interesse público.

O que define um interesse público então? Não seria a vontade de um conjunto de indivíduos, ou seja, uma nação/povo, cujo conjunto de normas visa o bem geral desse grupo? É dessa forma que é visto o trabalho da igreja pelos seus membros, como, o de ajudar a sociedade na recuperação dos cidadãos que necessitam, para que a nação seja composta de cidadãos capacitados para exercerem a sua cidadania.

Embasado em um contexto de luta pela liberdade, a igreja evangélica deixa de ser apenas um conselheiro religioso, para ser uma instituição de transformação da realidade, através de um conjunto de ações e estratégias. Podemos citar que as leis constituídas de algumas nações nasceram baseadas nas leis instituídas nos cinco primeiros livros da Bíblia Sagrada.

Os meios utilizados pela igreja evangélica para transmissão dos ensinamentos contidos na Bíblia acabam se dando e exigindo que os líderes usem métodos de comunicação abrangentes para se atingir diversos públicos e reunir um número maior de fiéis comprometidos com a causa do evangelho. O que o Apóstolo Paulo em sua carta a Timóteo recomenda: “...e o que mim, entre muitas testemunhas, ouviste, confia-o a homens fiéis, que sejam idôneos para também ensinarem os outros.”

Sobre o processo de luta por transformações sociais, quando fala da falta de um fazer especializado de alguns movimentos sob condições extremamente adversas, Henriques explica que:

É necessário ver a comunicação não apenas sob o ponto de vista técnico, como um campo de conhecimento específico, mas enxergá-lo de modo mais amplo, como uma competência fundamental a que todos devem ter direito e sem a qual não podem os sujeitos coordenar suas ações, posicionar-se no mundo e transformá-lo.

A participação da igreja evangélica e aqui quero fazer uma separação entre igreja e cidadão cristão, por que a igreja é formada por seres humanos, cidadãos da sociedade que possuem os mesmos direitos de cidadania, o que independe da sua crença ou da fé que professa, é um fator de mobilização que deve ser levado em consideração. Há mais de seis mil anos, segunda a Bíblia e desconsiderando demais teorias da evolução e do criacionismo para efeito deste tema, que o ser humano está mobilizado, está em constante movimento pela busca da melhor forma para se viver e se relacionar com o seu semelhante, com as outras espécies e com o lugar em que habita, através da interação e da comunicação.

No capítulo II de Comunicação e estratégias de mobilização social, os autores citam Toro e Werneck (1996), que os mesmos ampliam o conceito de mobilizar quando dizem que “mobilizar é convocar vontades para um propósito determinado, para uma mudança na realidade”. E continuam assim:

Se uma mudança se faz necessária é porque existem problemas que estão impedindo um bom funcionamento da sociedade. Mobilizar, portanto, é convocar estas vontades de pessoas que vivem no meio social (e optarem por um sistema político democrático) para que as coisas funcionem bem e para todos; é mostrar o problema, compartilhá-lo, distribuí-lo, para que assim as pessoas se sintam co-responsáveis por ele e passem a agir na tentativa de solucioná-lo.

Sendo assim o cristão evangélico se sente impulsionado pelo desejo de corresponder não apenas ao apelo social, mas principalmente pelo mandamento que sua fé exige, o de amar o próximo como a si mesmo. O próprio ensinamento de Jesus, o mestre dos cristãos, resume todos os mandamentos, que se perpetuou ao longo de quatro mil anos, em apenas um: “Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo”, e com isso Jesus declara que “Quem cumprir este mandamento já estará cumprindo todos os demais”.

Para vencer uma luta contra o que o evangélico chama de “mundo” que é toda forma de exploração, escravização e atitudes que não contribuem para o pleno desenvolvimento do ser humano em relação a encarar o outro como parte de uma grande família, o evangélico compartilha conhecimentos e responsabilidades para a transformação de realidades. O conhecimento é o fator importante para evitar todo tipo de opressão e atitudes contrárias a este “mundo”, onde o evangélico assume a responsabilidade de ser diferencial e de se tornar uma comunidade solidária capaz de ver o outro como parte do seu ser.

Segundo Henriques,

Para se mobilizarem, as pessoas precisam, no mínimo, de informação, mas além disso, precisam compartilhar um imaginário, emoções e conhecimentos sobre a realidade das coisas à sua volta, gerando reflexão e o debate para a mudança.

Quanto mais conhecimento, mais informação, maior será a capacidade de transformação de uma dada realidade.

O verdadeiro evangélico não está alienado dentro de uma religiosidade, mas se encontra na capacidade de uma ampla liberdade para reconhecer quando há uma tentativa de manipulação de sua participação. Para Henriques

O grande desafio da comunicação, ao mobilizar, é tocar a emoção das pessoas, sem, contudo, manipulá-las, porque se assim for feito, ela será autoritária e imposta.

Alguns cristãos compartilham de visões diferentes, mas com objetivo em comum. Pastores e Líderes tem a função de levar os membros de suas congregações a um nível de ação que interfiram na realidade, seja local, regional, ou nacional e porque não dizer internacional. Mas não quer dizer que o mesmo pode usar do fator de dirigir uma congregação para manipulá-la, para engajarem em uma luta por interesses particulares.

O evangélico está na sociedade e na mesma exerce o seu papel. Jesus deixou ensinamentos que colocados em prática resulta em uma transformação, não apenas do discípulo, mas de toda a humanidade.

Para Henriques,

Fatores ligados a questões culturais, históricas e políticas também determinam a decisão de participar. Como lembra Peruzzo (1998), esta questão está

diretamente ligada à experiência de um povo e à sua tradição em relação a uma consciência participativa. A isso soma-se a reprodução de valores autoritários e a falta de conscientização política: “Nossos costumes apontam mais para o autoritarismo e a delegação de poder do que para assumir o controle e a co-responsabilidade na solução de problemas.

Os cristãos evangélicos se veem historicamente impulsionados a participarem das decisões políticas, a serem parte da história e não apenas passar por ela. Ao longo do período constituído como velho testamento na Bíblia, vários foram os homens levantados por Deus para assumirem um posto de autoridade nas nações em que viviam. Tem-se o exemplo de José do Egito, filho de Jacó, filho de Isaque, filho de Abraão, o qual recebeu o chamado para ser pai de uma grande nação, para dar início esse processo. José foi colocado como o segundo homem em autoridade no Egito por causa da sua visão para enfrentar longos anos de fome que viria sobre a terra. Ela sabia o que fazer e não se recusou a assumir a responsabilidade de fazer.

A falta de comunicação, ou melhor, de informação e conhecimento é o que torna uma comunidade presa e dependente de valores autoritários. O evangélico é chamado a viver de uma maneira solidária e prática. Ser politicamente correto não é um mérito, mas uma obrigação.

A co-responsabilidade cristã evangélica se caracteriza pelo mandamento de “amar ao próximo como a si mesmo”. O cristão evangélico se sente responsável pelo outro como é por si mesmo. Henriques salienta que:

A ação concreta e solidária explica-se pela hipótese da existência de uma consciência moral que apreende o outro (que sofre) como “um-outro-eu-mesmo” e que induz ao reconhecimento de que “eu sou responsável pela solução”.

A comunidade evangélica se engaja na luta pela libertação e mudança de realidades. Os valores bíblicos envolvem a honestidade no sentido do trato com a verdade como principal fator de independência dos cidadãos.

Henriques diz que propõe-se então que a comunicação mobilizadora seja entendida como uma coordenação de ações, e não como instrumento de controle de ações.

Todas às vezes que há uma tentativa de controlar o outro, o cristão evangélico acaba tomando um papel que não é seu, conforme os ensinamentos do Apóstolo Pedro, para os líderes e pastores:

Apascenta o rebanho de Deus, que está entre vós, tendo o cuidado dele, não por força, mas voluntariamente; nem por torpe ganância, mas de ânimo pronto; nem como tendo domínio sobre a herança de Deus, mas servindo de exemplo ao rebanho. (1Pedro 5. 2-3)

A interação, o relacionamento com o outro, seja ele cristão evangélico ou não, deve ser baseado no respeito e na transmissão do conhecimento para gerar uma atitude esperada, a participação do outro no projeto do cristianismo, que é o repassar conhecimento a fim de criar multiplicadores desse conhecimento que é baseado em um Deus que se intitula “Amor” e que tem seus valores de relacionamentos fundamentados no mandamento de amar, primeiramente ao próprio Deus e àqueles com quem se relacionam.

4 PARTE 3 - O CRISTÃO EVANGÉLICO NO BRASIL

Para falar de participação do cristão evangélico, é preciso definir o que significa ser evangélico no Brasil. Não existe diferença entre os cidadãos brasileiros, que perante a Constituição Federal, são todos iguais, todos têm os mesmos direitos, estão sujeitos as mesmas punições e privilégios que as leis possam oferecer. São cidadãos que não estão desconectados da vida política e social do país. A história da Igreja evangélica no Brasil mostra uma participação continuada e contextualizada com os momentos históricos marcantes do país.

O golpe militar de 1964 promove uma reviravolta nos rumos da condução política no Brasil e não foi diferente para a igreja evangélica, onde pregadores que defendiam a cidadania e a liberdade de expressão foram perseguidos, presos, torturados e até desaparecidos nos porões da ditadura. Mas também foi neste período que se deu o aparecimento de muitos movimentos sociais com reivindicações de direitos e o debate sobre as diferentes formas de negação da dignidade humana. Para o Professor Manfredo Araújo de Oliveira, da Universidade Federal do Ceará:

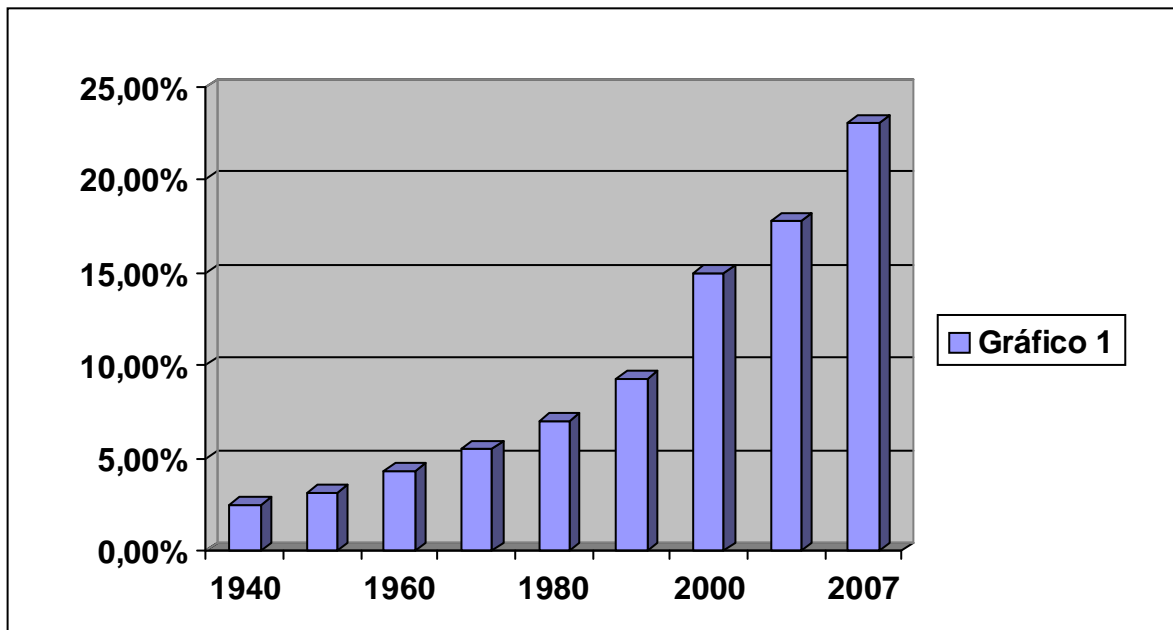
Os cristãos neste período participaram destes movimentos sociais em diferentes locais do país e foram pouco a pouco se engajando nos partidos políticos. Isto criou uma realidade nova: a necessidade de se reunir para aprofundar a fé e suas exigências diante dos grandes desafios da construção de uma realidade social nova.

O envolvimento da igreja evangélica com as causas sociais é fruto de um trabalho missionário evangélico que se iniciou há mais de 200 anos atrás com a chegada da Igreja Presbiteriana ao Brasil, e logo depois outros missionários evangélicos de outras denominações deram impulso ao crescimento da igreja evangélica no Brasil.

Entre 1940 e até o ano 2000 o crescimento médio dos evangélicos no Brasil nunca foi inferior a 50% por década (gráfico 1). Os números deste crescimento foram, respectivamente, 62% nos anos 40; 76,7% na década de 50; 57% nos anos 60; 63,2% na década de 70; 66,8% nos anos 80 e 101% nos nove anos entre o Censo de 1991 e o de 2000, saltando de 13,1 milhões para 26,4 milhões neste período.

Em dezembro de 2009 os evangélicos somaram 49,8 milhões no Brasil, 25,4% de um total de 196,5 milhões de brasileiros.

O Norte do Brasil, com 19,8%, era a região com maior presença evangélica, manteve essa posição e fechou o ano de 2009 com 32%, seguidos das regiões Centro-Oeste, com 31%, Sul, com 19,8%, e Nordeste com 19,2%. Roraima é o estado da federação que reúne o maior percentual de evangélicos (46,8%), com 226,3 mil, de um total de 483,6 mil habitantes, seguido do Amazonas, com 41,9%, Acre, com 39,9%, Rio de Janeiro, com 36,3%, Distrito Federal, com 35,9% e Espírito Santo, com 35,2%.



*Fonte: Números do IBGE 1940-200; FGV- 2003 e Data Folha – 2007

A edição de aniversário da revista *Época*, publicada em 25 de maio de 2009, apresenta uma série de matérias com previsões para o Brasil em 2020. O Crescimento evangélico é abordado em umas das matérias. Baseado em dados estatísticos do SEPAL – Serviço de Evangelização para a América Latina – estima-se que 50% da população brasileira poderá ser evangélica. Para a revista, a influência evangélica em 2020 contribuirá para a diminuição no número no consumo de álcool, o aumento da escolaridade e a diminuição no número de lares desfeitos, já que a família é a prioridade para os evangélicos.

4.1 O Cristão Evangélico no Riacho Fundo I

Durante as campanhas eleitorais cristãos evangélicos de várias denominações entram no jogo político. São candidatos, apoiadores, trabalhadores voluntários, eleitores e aqueles que vivem como se esse momento não existisse.

A participação dos cidadãos na vida política de uma comunidade, uma cidade, de um país é um fator que deve ser levado em conta no fortalecimento da democracia. Para Cláudia Feres Faria, em Os determinantes da efetividade democrática da participação social:

O retorno à democracia no Brasil foi marcado por estas mesmas crenças que vinculam o fortalecimento da democracia a consolidação das instâncias tradicionais de participação (o voto, as eleições e os partidos) como também a ampliação de novos canais participativos, através dos quais os cidadãos brasileiros podem fortalecer laços societários e intervir na formulação e no controle das decisões.

Na pesquisa realizada na Região Administrativa do Riacho Fundo I, com aproximadamente 50 pessoas denominadas cristãs evangélicas, de forma aleatória, foi apresentado um questionário onde as respostas objetivas pudessem mostrar uma face da realidade vivida nessa região.

A cidadania é um processo, uma construção histórica, não é algo posto, não é algo concreto que se pode apalpar, mas é tão real quanto a necessidade que se tem de comer para sobreviver. A idéia de cidadania nos parâmetros democráticos é algo que está tão intrínseco ao ponto de se confundir com a questão de conquista de direitos, em especial no Brasil, que depois de um longo período de escravidão por que passou, teve que enfrentar períodos diferentes de regimes até chegar a atual democracia.

Pudemos ouvir e constatar que uma parte dos cristãos tem aversão por política, seja por causa da corrupção e da sensação de impunidade ou até mesmo por desinteresse pessoal dos cidadãos. Nossa pesquisa nos revela dados importantes para analisarmos esta questão.

Quando perguntados se gostavam de política, 49% dos evangélicos responderam que sim, e 51% que não (gráfico 2). Mas ao perguntarmos do interesse por política, notamos que uma pequena parte daqueles que disseram não gostar de política responde que se interessa (gráfico 3).

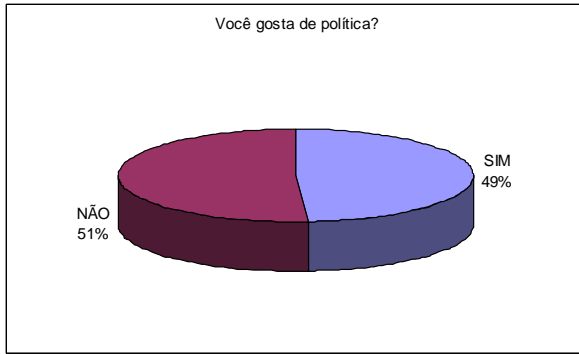


Gráfico 2



Gráfico 3

A riqueza da diversidade de interesses aliados com a ação participativa das redes de movimentos sociais traz um ganho enorme para a sociedade e ampliação do debate da cidadania e fortalecimento da luta pelos direitos humanos. Quando a articulação dos níveis de organização da sociedade civil consegue se efetivar, percebemos que os espaços de participação, democráticos, se ampliam e se abre um leque para as possibilidades de ações coletivas.

Podemos notar uma tímida participação dos evangélicos nos espaços democráticos de participação organizados. Apenas 19% são filiados a um partido político (gráfico 4), enquanto que 5 % apenas, são membros de uma ONG ou de alguma associação (gráfico 5).



Gráfico 4

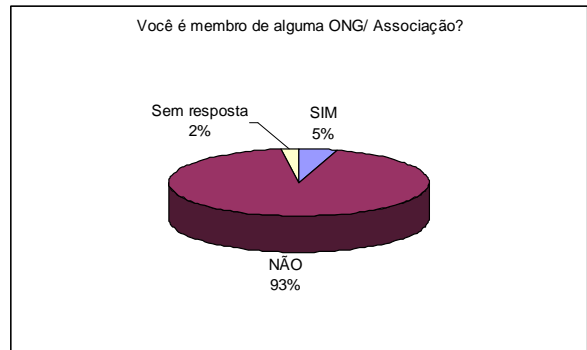


Gráfico 5

Os Conselhos são instituições participativas. Um contingente impressionante de milhares de pessoas mobilizadas no Brasil, em diversas áreas de formação ou de atuação social, sejam representantes do governo ou da sociedade civil, pessoas que não tinham nenhum envolvimento direto com a elaboração, fiscalização e controle de políticas públicas e que se deparam com a possibilidade de atuarem não apenas nos movimentos sociais, mas agora como representantes de uma parcela da sociedade em assuntos que eram controlados apenas pelo Estado.

Pouco acréscimo de participação é notado quando perguntamos se já participaram ou participam de algum conselho comunitário, político ou temático, 14% responderam que sim, enquanto que 86% nunca participaram (gráfico 6).



Gráfico 6

A democracia no Brasil é resultado de uma intensa luta por direitos humanos e reivindicações de movimentos sociais por liberdade e justiça. O Relatório produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, A Democracia na América Latina, nos dá uma noção de democracia, ao dizer que:

A democracia é uma imensa experiência humana. Está ligada à busca histórica de liberdade, justiça e progresso material e espiritual (...) Nossa busca de liberdade, justiça e progresso, e a luta pelo poder que se desencadeia quando todos nós procuramos impor nossos interesses e pareceres sobre esses assuntos, deram lugar a diversas formas de organização dos seres humanos. Uma delas é a democracia.

Quando perguntados se a democracia é a melhor forma de governo (gráfico 7), 95% dos evangélicos responderam que sim, e por acharem isso praticamente todos que responderam que sim, votaram na última eleição, apenas 4 % votaram em branco ou justificaram seu voto (gráfico 8).

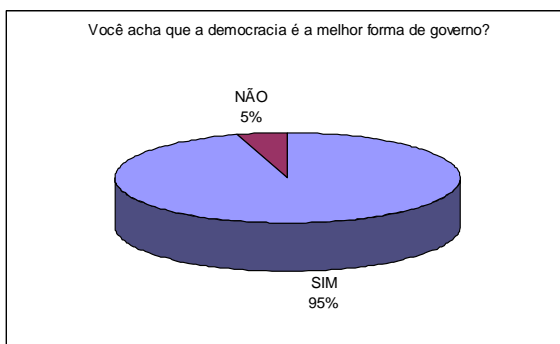


Gráfico 7

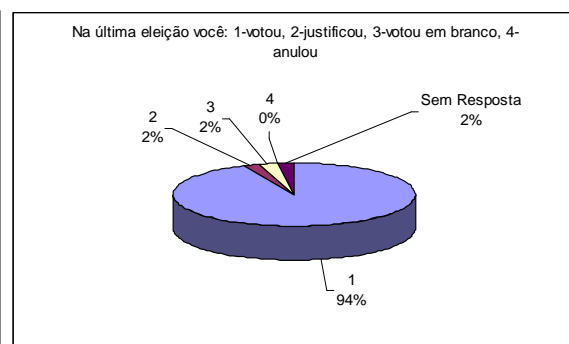


Gráfico 8

Já quanto a questão do voto obrigatório o que podemos verificar é que a maioria dos evangélicos, 68% são contra o voto obrigatório (gráfico 9), o que mostra o entendimento do que é democracia, já que a maioria acha que a democracia é a melhor forma de governo e também a maioria não é filiada a nenhum partido político, ressaltando o direito à liberdade de escolha.

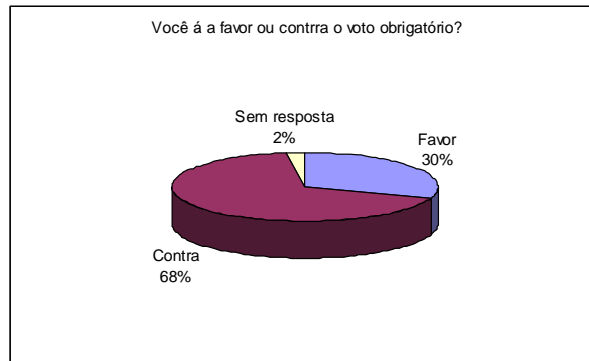


Gráfico 9

Quando perguntados o que determina o seu voto, a ideologia política partidária ou a ideologia pessoal do candidato, 56% disseram que a ideologia pessoal e 37% a ideologia política partidária. Já 7% não responderam (gráfico 10). Parece que poucos conseguem fazer uma separação clara entre o candidato e a linha partidária.

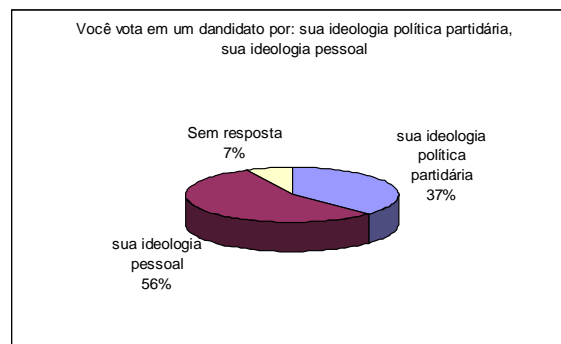


Gráfico 10

(Melo e Alcântara, 2007) explicitam bem essa situação:

A troca de partido não constitui, necessariamente, uma violação à vontade do eleitor. Isso pelo simples e bom motivo de que, com o sistema de lista aberta, a escolha eleitoral tende a ser personalizada e não partidária. No Brasil, a maioria dos eleitores que consegue fazer-se representar no Congresso constitui o deputado, e não o partido, como o seu agente.

Para 66% dos entrevistados, não faz diferença se o deputado em quem votou muda de partido, 21% diz que desconfia dele e 14% não vota mais nele (gráfico 11).

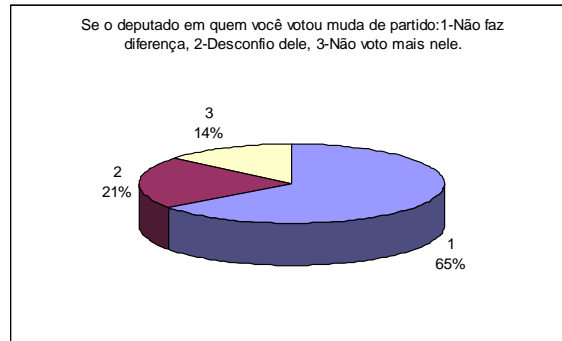


Gráfico 11

Ao perguntar sobre a participação na política pelos evangélicos, 81 % acham que sim (gráfico 12), que o evangélico deve participar. Mas quando perguntado se trabalhou para algum político, apenas 44% disseram que sim (gráfico 13). E dos que trabalharam para algum político, 63% disseram que não pediram nada em troca (gráfico 14). E ainda 28% dos que trabalharam disseram que o seu candidato era evangélico (gráfico 15), enquanto que 23% não souberam dizer.



Gráfico 12



Gráfico 13



Gráfico 14

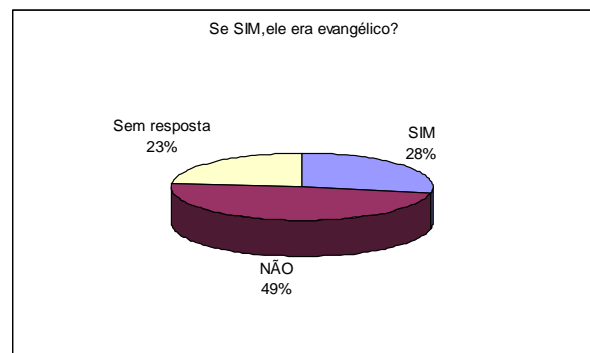


Gráfico 15

A consciência política e democrática tem estado bem presente nos evangélicos do Riacho Fundo I, é o que mostra os dados do gráfico 16. Apenas 35% do pesquisados disseram que seu pastor indicou um candidato para a igreja votar e desses 35% que disseram sim, disseram também que 77% eram candidatos evangélicos (gráfico 17).

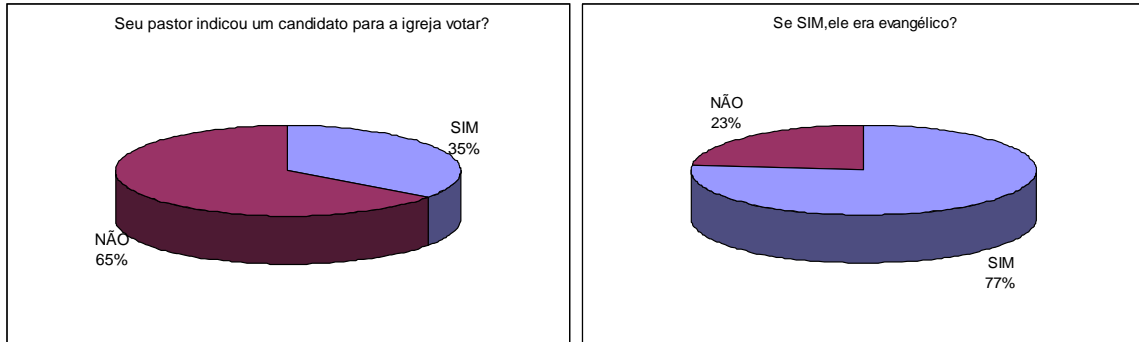


Gráfico 16

Gráfico 17

O processo eleitoral ocupa na democracia um lugar central. É através dele que os cidadãos escolhem seus representantes, e geralmente os candidatos a representantes aparecem dentro de um contexto de luta, de reivindicações, dos interesses de grupos organizados e até mesmo do interesse pessoal do cidadão de se fazer representante. Miguel em seu artigo, Representação Política em 3-D, discorre que:

Enquanto a democracia se apóia na premissa da igualdade fundamental entre todos os cidadãos, a eleição contempla uma seleção; implicitamente, postula a existência de indivíduos melhor preparados para ocupar os cargos públicos.

O próximo gráfico nos mostra reflexos dos últimos acontecimentos políticos em Brasília, no final do ano de 2009. Cenas de deputados da bancada evangélica flagrados colocando dinheiro na meia, em bolsos e em bolsas. Ao perguntarmos sobre representação, 77% dos evangélicos disseram não se sentirem representados pelos deputados evangélicos na Câmara Legislativa do Distrito Federal (gráfico 18), mas 53% acham que os deputados evangélicos na Câmara defendem os interesses dos evangélicos (gráfico 19).

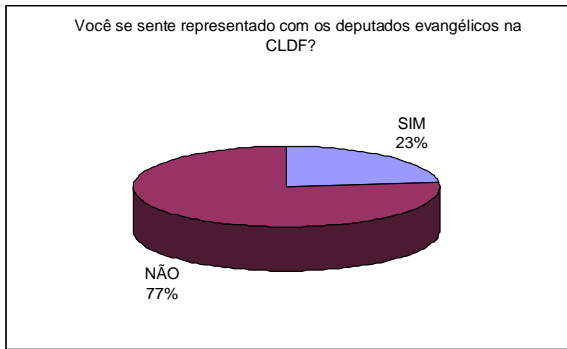


Gráfico 18

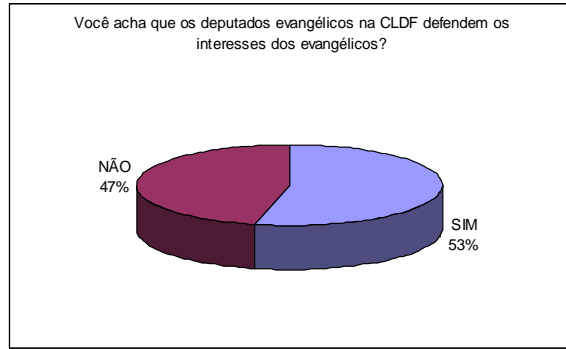


Gráfico 19

Na há muita diferença de respostas, quando perguntamos se achavam que todo político se corrompe, 28% disseram que sim (gráfico 20) e quando perguntamos se achavam que todo político evangélico se corrompe, 21% disseram que sim (gráfico 21) e 5% disseram não querer responder para não fazerem julgamento.



Gráfico 20



Gráfico 21

Há uma diferenciação clara por parte do evangélico quando se fala de corrupção e de roubo. Quando perguntamos se todo político não evangélico rouba, 55% disseram que a maioria rouba (gráfico 22). E quando perguntamos se todo político evangélico rouba, 67% disse que a minoria rouba.

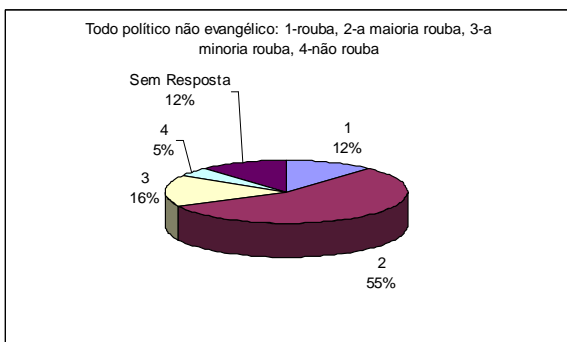


Gráfico 22

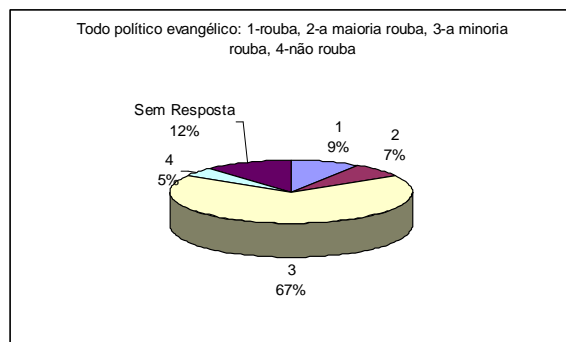


Gráfico 23

Quando fizemos a pergunta se o evangélico deve participar de política, 81% disseram que sim no gráfico 12. Agora colocamos um pergunta parecida, mas perguntamos da participação de pastores evangélicos, o índice cai mais de 28%, apenas 53% acham que pastores devem participar de política (gráfico 24). Então ampliamos a pergunta, pastores devem participar de política como candidato, o índice cai para 49% dos que acham que sim (gráfico 25), se igualando ao índice do que acham que não.



Gráfico 24



Gráfico 25

Quanto maior a participação popular, maior é o amadurecimento e o aprimoramento do senso crítico diminuindo a possibilidade de manipulação. No momento em que a população se insere e participa, se informa e busca conhecer aqueles que se candidatam a um cargo político, melhor será a capacidade de discernir quem realmente tem comprometimento com a sociedade e com a democracia.

A participação não se limita a hora do voto, mas a todo processo de avaliação dos candidatos e suas propostas. Quando perguntados sobre ao comparecimento em comício, praticamente 50% dos evangélicos compareceram (gráfico 26). Se assistiram ao programa eleitoral, 81% disseram que sim (gráfico 27). Talvez por isso que os investimentos em apresentação de programas eleitorais, através do rádio e da televisão, tem sido bem maiores nas últimas eleições.

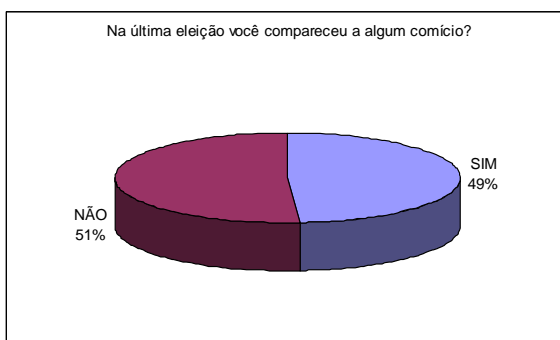


Gráfico 26

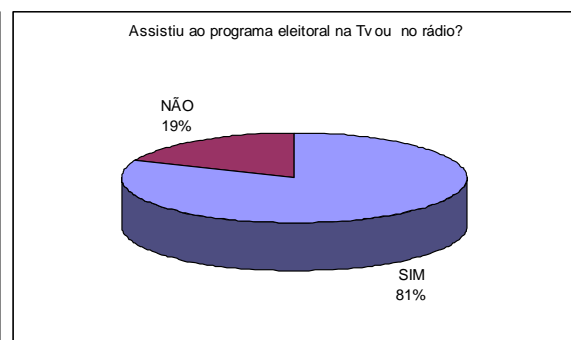


Gráfico 27

Mas quando se trata do espaço de discussão, o local ainda se torna uma particularidade, pois os evangélicos não gostam de misturar o lugar de culto com o questões políticas. Apesar de terem noção de cidadania, ao serem perguntados se participaram de alguma discussão política na igreja, 81% disseram que não (gráfico 28).



Gráfico 28

Os princípios bíblicos são a referência para a ação do evangélico em todas as áreas de atuação, seja social, política ou pessoal. A resposta à pergunta: Qual é o melhor pré-requisito para um político, 77% responderam que temer a Deus era o melhor (gráfico 29) enquanto que 23% disseram que a honestidade. A justificativa para a resposta da maioria é que quem tem temor a Deus naturalmente é honesto.

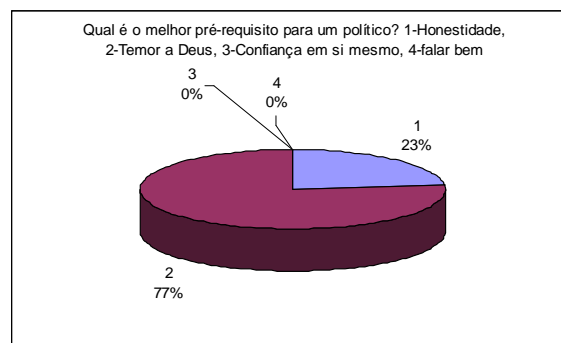


Gráfico 29

A consciência política dos evangélicos do Riacho Fundo I vai além do corporativismo. Na hora do voto a maioria não faz preferência por candidato ser evangélico ou não. A resposta para esta pergunta mostra que para 62% tanto faz a religião do candidato (gráfico 30), mas

38% vota preferencialmente em evangélico. Quando citado um trecho da Bíblia (gráfico 31), 83% disseram que o justo pode ser qualquer um, não necessariamente um evangélico.

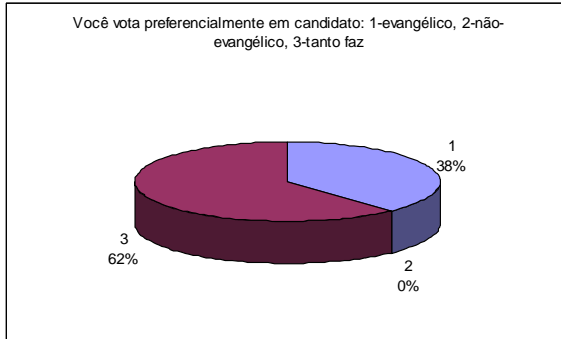


Gráfico 30

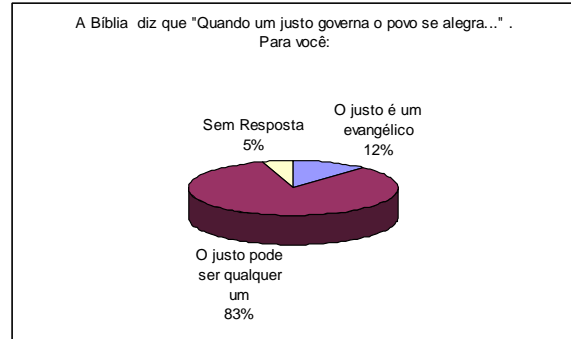


Gráfico 31

E ainda podemos verificar que isso se confirma quando a pergunta traz um outro versículo bíblico, a resposta para a questão em quem votam já que a Bíblia diz: “...toda autoridade é constituída por Deus...”, 79% disseram que votam em quem consideram melhor (gráfico 32). Já a pergunta em relação a um candidato a presidente da República em 2002 em relação aos seus votos em Brasília, 54% disseram que ele foi o segundo mais votado no 1º turno porque ele é evangélico (gráfico 33), seguido de 44% dos que acham que ele tinha boas propostas.

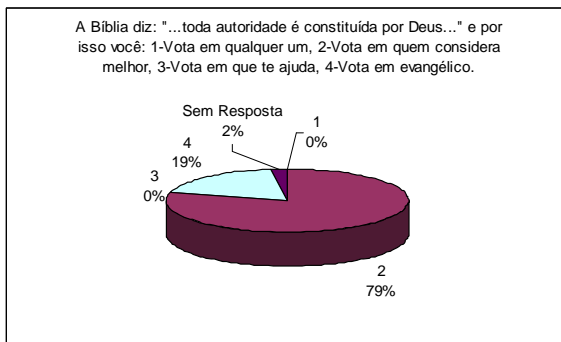


Gráfico 32

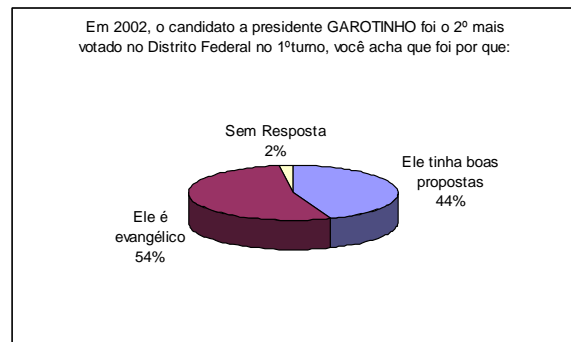


Gráfico 33

Os evangélicos não esperam que os deputados evangélicos trabalhem apenas para os evangélicos, afinal de contas não foram apenas os eleitores evangélicos que os elegeram para representá-los. Além de acreditarem que eles devem honrar o voto de seus eleitores, 75% esperam que eles façam um trabalho igual a todos os cidadãos (gráfico 34). Apenas 23% acham que eles devem fazer mais para os evangélicos.

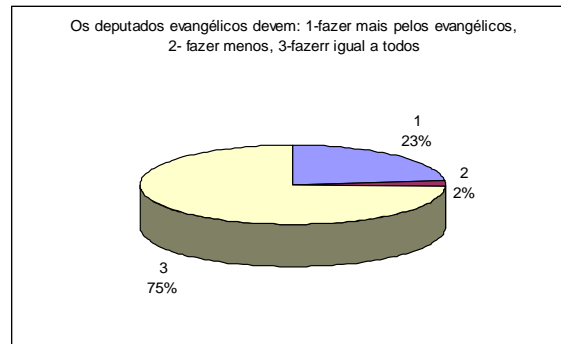


Gráfico 34

O padrão de governo na Bíblia está fundamentado na justiça. No Livro Segundo de Samuel, capítulo 23, versículo 3 e 4, diz:

O Deus de Israel me disse: “Quem governa o povo com justiça, quem o governa com o temor de Deus, é como a luz da manhã ao nascer do sol, numa manhã sem nuvens”. É como a claridade depois da chuva, que faz crescer as plantas da terra.

Igualdade de direitos é justiça social. O sistema democrático de participação se propõe a ser o mais justo e grandes avanços já aconteceram, mas a evolução da democracia vai além da garantia de direitos. Quanto maior for a participação de cidadãos comprometidos com a justiça no campo da política, maior será o ganho de todo o conjunto da sociedade na perspectiva da cidadania. Os cidadãos com padrões de justiça e honestidade devem prevalecer com ousadia:

Assim diz o Soberano, o Senhor: Vocês já foram longe demais, ó príncipes de Israel! Abandonem a violência e a opressão e façam o que é justo e direito. Parem de apossar-se do que é do meu povo. Palavra do Soberano, o Senhor. Usem balanças honestas, arroba honesta e pote honesto. (Ezequiel 45. 9-10)

Se no velho testamento as leis implementadas serviram de modelo para constituições de países como a Inglaterra, os Estados Unidos, por exemplo, e que se tornaram modelo para as constituições de vários outros países, o novo testamento traz um padrão mais elevado de comportamento para os cristãos, pois se baseia nos ensinamentos de Jesus Cristo, como referência e modelo para ação dos cristãos diante da sociedade em que vivem, independente da forma de governo da qual estão submetidos.

Todos os cristãos são chamados para serem e agirem com dignidade diante do seu país. O padrão de autoridade baseados nos ensinamentos de Jesus Cristo é o servir. Em um diálogo com seus discípulos, Jesus ensina:

Jesus os chamou e disse: “Vocês sabem que os governantes das nações as dominam, e as pessoas importantes exercem poder sobre elas. Não será assim entre vocês. Ao contrário, quem quiser tornar-se importante entre vocês deverá ser servo e quem quiser ser o primeiro deverá ser escravo de todos. Como o filho do homem, que não veio para ser servido, mas para servir e dar sua vida em resgate por muitos. (Mateus 20. 25-28)

Colocar-se como servo ou escravo, é se oferecer para uma causa sem esperar recompensas. É participar da vida na sociedade, é olhar para e pelo o direito do outro, mesmo que os seus estejam sendo respeitados. Como está escrito no Livro de Provérbios:

Erga sua voz em favor dos que não podem defender-se, seja o defensor de todos os desamparados. Erga a voz e julgue com justiça; defenda os direitos dos pobres e dos necessitados. (Provérbios 31. 8-9)

As palavras de Jesus lideram os cristãos para uma grande mobilização social. A formação dos discípulos da nossa contemporaneidade é a mesma de mais de dois mil anos atrás. Os ensinamentos são os mesmos e todos os cristãos, denominados ou não, evangélicos, aprendem a viver na sociedade de forma responsável, digna e justa para concretização do projeto social estabelecido em uma sociedade democrática.

5 CONCLUSÃO

Não pretendemos esgotar o assunto, objeto desta monografia, até mesmo porque, com o crescimento do número de evangélicos em todo o Brasil, visões conservadoras e até mesmo radicais tem cedido espaço para uma nova visão, baseada na própria Bíblia, que permite a continuidade do estilo de vida cristão e uma inserção mais profunda no comprometido com as mudanças necessárias na sociedade. A forma de governo no Brasil, hoje democrática, está associada a mudanças circunstanciais históricas e sociais, e todos os cidadãos, inseridos ou não em um religião, são agentes principais e responsáveis por tais mudanças.

Os evangélicos do Riacho Fundo I demonstram que precisam avançar em relação a sua participação nos espaços democráticos instituídos. Muitos evangélicos estão convencidos que religião e política não se misturam, enquanto que outros crêem que Cristianismo e política não podem ser separados.

O não posicionamento ou um posicionamento indiferente frente às questões políticas e sociais, pode levá-los a serem passivos e a aceitarem todo tipo de imposição, deixando que seus representantes tomem decisões por eles.

A falta de uma participação mais marcante nos espaços institucionalizados como, ONG's, associações, e conselhos deliberativos ou comunitários, talvez esteja arraigada numa visão de isolamento, pela falta de compreensão ampla da missão cristã neste mundo. A Bíblia, (Provérbios 11.14) diz que “sem diretrizes a nação cai; o que salva é ter muitos conselheiros”, daí a necessidade de que os evangélicos, como todos os demais cidadãos ampliem suas participações e se comprometam com questões que mais se identificam para contribuir com o processo de controle social. O controle social é peça integrante do sistema descentralizado, por isso não se pode falar em participação sem falar de negociação e de discussões e inseridos nesses espaços os evangélicos poderão ser fundamentais para a ampliação dos debates.

É necessário que o evangélico extrapole sua participação política para além do período eleitoral e da hora do voto e possa assumir uma postura ousada de sua participação. Se por um lado o evangélico pode justificar sua ausência da vida política fora do período eleitoral pelo fato de ser um sistema corrompido, por outro lado pode justificar sua presença, pelos exemplos de homens na Bíblia que não se corromperam, mas foram fundamentais para a transformação de uma dada realidade e deram um novo rumo para melhoria da sociedade em que estavam inseridos.

REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Fátima e INÁCIO Magna. **Democracia, Poder Legislativo, Interesses e Capacidades**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

AVRITZER, Leonardo. **Teoria Democrática e Deliberação Pública**. Lua Nova, 2000.

AVRITZER, Leonardo e SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para ampliar o cânone democrático**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional. Rio de Janeiro: Editora Central Gospel, 2000.

FARIAS, Cláudia Feres. **Os determinantes da efetividade democrática**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

HENRIQUES, Márcio S., MAFRA, Renannam L. M., BRAGA, Clara S. & Silva, Daniela Brandão do Couto. **Relações Públicas em Projetos de Mobilização Social**.

HENRIQUES, Márcio S., MAFRA, Renannam L. M., BRAGA, Clara S., **O Planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade**.

MELO, Carlos Ranulfo. **Nem tanto ao mar nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema brasileiro**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

MIGUEL, Luiz Felipe. **Representação em 3-D**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 13, n. 51.

_____. PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **A Democracia na América Latina rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs**. Tradução Mônica Hirts – Santana do Parnaíba, São Paulo: LM&X, 2004.

_____. Fonte: <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=12732>. Artigo: **Os cristãos e a política**.

_____- Fonte: <http://revfernando.blogspot.com/2010/01/o-cristao-e-seu-papel-profetico-social.html>. Artigo: **O Cristão e seu papel profético-social**.